

COELHO, Sérgio. Pesquisa rememora a escravidão. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 maio 1979.

Biblioteca Centro de Memoria - UNICAMP

CMUHE030720

# Pesquisa rememora a escravidão

**SÉRGIO COELHO**  
Regional de SOROCABA

Eu, Izidoro Gurgel Mascarenhas, que entre os demais bens que possuo livres e desembarcados, bem assim sou senhor e possuidor de uma escrava de nome Anna, cuja escrava me focou por legítima paterna, como consta do inventário feito por falecimento do meu pai, Lucio Gurgel Mascarenhas. E como a referida escrava é minha mãe, verificando-se a minha maioridade hoje, pelo casamento de ontem, por isso achando-me com direito, concedo à referida minha mãe plena liberdade, a qual concedo de todo o meu coração. (17 de setembro de 1869, livro 61 do 1º Cartório de Campinas).

Este é um dos documentos que o historiador Robert Slenes, do Departamento de História da Universidade do Colorado, acaba de localizar no 1º Cartório de Campinas, durante as investigações que realiza sobre a escravidão no Brasil. Percorrendo o País há 4 anos, especificamente as regiões de Campi-

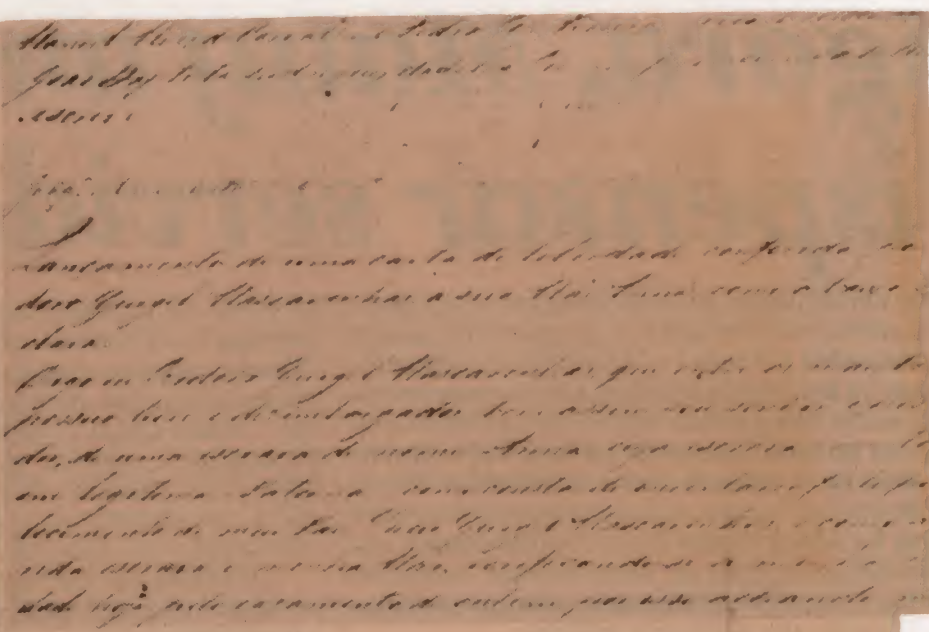
nas (SP) e Vassouras (RJ), áreas que escolheu para reunir os subsídios para a sua tese — "A demografia e a economia da escravidão no Brasil" — Slenes tem-se surpreendido com a abundância e a riqueza de informações sobre o período da escravidão. Segundo ele, "o acervo de documentos guardados nas igrejas, nas cúrias e nos cartórios brasileiros é muito mais importante que o existente nos Estados Unidos. Lá nós dispomos mais de documentos familiares, cartas, testemunhos deixados por escravos e entrevistados de velhos escravos colhidos pela imprensa na década de 30, que também representam um material valioso". Por essa razão, ele não acha totalmente válida a afirmação de muitos estudiosos de que o estudo da escravidão no Brasil foi parcialmente comprometido por Rui Barbosa que, em 1890, mandou circular às coletorias do País, determinando a destruição dos documentos e matrículas de propriedades de escravos, entre 1872 e 1887, para dificultar as provas nas ações de indeniza-

ção que eram movidas por fazendeiros que se julgaram prejudicados com a abolição da escravatura. Para o historiador norte-americano, "essa perda não foi tão nociva e nem tão pouco irrecuperável, pois pelos documentos que ficaram nos cartórios podemos recuperar quase que totalmente aqueles documentos destruídos". Em Campinas, por exemplo, até agora, valendo-se das listas de matrículas existentes nos cartórios, ele já conseguiu montar uma relação de cerca de 5.000 escravos dos 14.000 que existiam na época na cidade.

Robert Slenes, doutorado pela Universidade de Stanford, em 1975, está no Brasil como bolsista da "Tinker Foundation and the Social Science Research Council", realizando uma pesquisa em colaboração com o economista carioca Pedro Carvalho de Mello, que estuda o Vale do Paraíba. Em Campinas, ele trabalha em conjunto com Peter Eisenberg, professor de História da Unicamp, coletando documentos históricos sobre a escravidão. "Nesse

trabalho" — explica ele — "já conseguimos reunir 2.000 cartas de alforria de escravos das fazendas cafeeiras de Campinas, período de 1850 a 1888".

O seu interesse principal no Brasil é realizar um trabalho sobre os aspectos sociais da escravidão, a família dos escravos, suas relações entre si e com o fazendeiro. "A bibliografia brasileira sobre a escravidão é razoável e, pode-se dizer, até mesmo rica nas abordagens econômica, política e religiosa. Sob o prisma social, é menos desenvolvida, o que tem permitido a adoção de certos conceitos errados com relação ao escravo negro." E é percorrendo as igrejas e as cúrias, vasculhando os livros de batismo, de casamentos e de óbitos; manuseando nos cartórios e nos registros de notas os inventários, os testamentos, os processos civis e criminais, os registros de propriedade de terras e de escravos, que Robert Slenes está conseguindo montar um quadro ou um conceito bem próximo do que foi o comportamento da sociedade escravagista.



O historiador Robert Slenes, dos EUA, e um trecho de um dos milhares de documentos localizados em Campinas



COELHO, Sêrgio. Pesquisa rememora a escravidão: as histórias do século passado. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 maio 1979.

## As histórias do século passado

Esta história se passou no sítio de Monte Alegre, no município de Campinas. Ela é contada a partir de 1851 durante uma cerimônia de batismo, na igreja daquela cidade: "Nesta matriz, batizei e pus os santos óleos a Estanislau, de 20 dias, filho de pai incógnito e de Rufina, solteira, escrava de Lúcio Gurgel Mascarenhas... E o senhor do batizando o libertou como se fosse de ventre livre".

Lúcio Gurgel Mascarenhas, solteiro, natural de Santa Luzia, Minas Gerais, era um abastado fazendeiro de Campinas, proprietário do sítio Monte Alegre, de algumas casas na cidade, de escravos e animais, conforme está assentado em documento de inventário, guardado no 1º Cartório de Campinas. Em 1861, sentindo-se velho e próximo da morte, elaborou o seu testamento, deixando os seus bens para os seus seis filhos, embora fosse solteiro. "Os herdeiros instituídos são naturais por serem filhos de mulheres solteiras, sendo Valentim e Estanislau, irmãos gerados da mesma mãe; Eufrásia e Martiniano também são irmãos da mesma mãe; Joaquim e Izidoro, filhos de outras mães, cada um de uma" — reza o documento oficial. Em outro trecho do testamento Lúcio Gurgel estabelece: "Julgo porém que a humanidade e a boa razão exigem que ao herdeiro Izidoro se dê em quinhão a escrava Anna, de 1:400.000 réis e aos herdeiros Eufrásia e

Martiniano se dê a escrava Maria, de 1:800.000 réis."

O testamento e nem os documentos posteriores fazem qualquer referência às mães dos demais filhos herdeiros, presumindo-se que já tivessem falecido nessa época. Mas aqui os assentos da igreja e do cartório se completam, restabelecendo parte da verdade: Estanislau, que no registro de batismo, 10 anos antes, aparecia como filho de pai incógnito, é reconhecido por Lúcio Gurgel Mascarenhas como seu filho, no testamento. O registro de batismo esclarece ainda que era Rufina a escrava, mãe de Valentim e Estanislau, completando o testamento que omite o seu nome na relação dos escravos deixados por Lúcio.

A verdade é que o fazendeiro solteiro teve seis filhos com quatro escravas, mas não libertou nenhuma delas sequer, deixando-as como herança aos seus respectivos filhos: Izidoro ficou com Anna; Eufrásia e Martiniano com Maria.

"O que me parece um tanto contrastante" — intervém o historiador Robert Slenes — "é o fato de o fazendeiro Lúcio, em seu testamento, ter dado liberdade a uma escrava de nome Joana e a seus 5 filhos, enquanto manteve cativas as mãos de seus próprios filhos". Outro detalhe interessante é que Lúcio libertou a família de Joana, menos o marido, o escravo Francisco, velho tropeiro e seu compadre. Veja o que ele diz no testamento: "Também

me parece que não vá à praça o escravo Francisco, velho, avaliado em 400 mil réis, cuja mulher e cinco filhos ficaram libertos, visto que esse escravo trata de obter dinheiro para a sua liberdade, o que me parece muito razoável". E isso aconteceu anos depois: Francisco emprestou 340 mil réis que, somados a 60.000 réis que Lúcio devia a sua mulher Joana, possibilitaram o seu resgate".

Dos herdeiros de Lúcio, apenas Joaquim era crescido, tinha 18 anos, preferindo ficar com duas casas na cidade, um cavalo manso e pequena importância em dinheiro para se instalar em Campinas como carpinteiro. Aos demais herdeiros coube uma herança no valor de 6.640.872 réis, o que era uma fortuna razoável para a época, considerando que um sítio de 40 alqueires custava então 340 mil réis.

Sendo menores, Izidoro, Valentim, Estanislau, Martiniano e Eufrásia foram confiados a um tutor que passou a administrar os seus bens. E então surge no Cartório de Campinas um novo documento: "Contas das rendas do jornal (trabalho) das escravas Anna e Maria", onde o tutor presta contas ao juiz do dinheiro auferido com o aluguel das escravas pertencentes aos menores, ou melhor, de suas mães.

Recomendada como cozinheira e costureira, consta que Anna não seria boa em

pregada. Numa das últimas prestações de contas, apresentadas ao juiz em 1868, o tutor assim justifica o baixo rendimento da escrava: "Desdentão 5 06 1865 a tenho conservado em minha casa, não só por não conservá-la fora, visto ter sido fujona (fugiu duas vezes), mas também por haver andado incomodada, com dores de peito, tosse com lançamento de sangue e isso depois que sofreu das berigas. De modo que tenho medicado e conservado com pouca dieta e tem tido melhora. Esta negra não tem bom comportamento, pois tem sido fujona e bebe não pouco. De modo que somam os dias de serviço de Anna, pertencente ao seu filho Izidoro, 97.270 réis".

E assim, nesse clima, com sua mãe escrava, alugada e quase sempre doente, Izidoro Gurgel Mascarenhas tornou-se moço e já em 12 de abril de 1869, em documento endereçado ao juiz ele solicita permissão para se casar com Brasileira Ferraz, o que acaba não acontecendo. O seu registro de casamento aparece na matriz de Campinas, em 16 de setembro de 1869, quando recebe como esposa Ana Francisca de Ramos, em cerimônia oficiada pelo padre Antônio Casaletto. Um dia após o casamento ele pede ao juiz para assumir a propriedade dos seus bens, nas mãos do tutor. Concretizada a medida, assina a carta de alforria: "concedo à referida minha mãe plena liberdade de todo o meu coração".